

IMAGENS DA PROSTITUIÇÃO NA BELLE EPOQUE PAULISTANA¹

Luzia Margareth Rago

Abstract

New content and cultural significance were attached to the practices of prostitution in Brazil, during the transition of the traditional slave society to one of free-labor. The construction of prostitution as a “social evil” by medical and criminological discourses aimed at defining moral codes of social and sexual behavior that guided girls’ inscription in the public sphere. In a moment of massive industrialization, we register a growing participation of girls working in factories and other urban activities. On the other hand, like the immigrant worker, the prostitute was invested with images of positivity: both represented the civilizing ideal of the country’s entry into modernity. If prostitution could mean the threat of rich and poor girls’ corruption, it also signified the new conquests and the introduction of new habits and customs from modern societies to a Brazil recently emerged from slavery. The construction of girls’ identity mobilized new representations of female body - from the ideal of pureness to the prostitute’s perverse sexuality. In the same way, it was associated with the political metaphor of the youth of the nation where everything was to be constructed.

¹ Este artigo foi apresentado na 1ª Conferência Internacional sobre Moças, Alice in Wonderland: Transitions and Dilemas, realizado em Amsterdã, entre 16 e 19 de junho de 1992.

A violência sexual contra as adolescentes no Brasil, em especial meninas na faixa de 13 a 15 anos, tornou-se muito recentemente objeto de denúncia da imprensa e vem causando enorme impacto sobre a população. O jornalista Gilberto Dimenstein publicou uma série de artigos no jornal *Folha de S. Paulo*, em que descortina de modo dramático as práticas de comercialização sexual do corpo das jovens, muitas vezes prostituídas ou abandonadas pelas próprias famílias, denunciando para todo o país a degradante condição de escravidão de meninas, em bordéis espalhados pelo interior do Norte e do Nordeste. Suas investigações revelam ainda a existência de redes que comandam o tráfico de adolescentes, enviadas muitas vezes, à sua revelia para o submundo da prostituição.

O impacto que estas denúncias provocaram sobre a população atesta de um lado, uma profunda ignorância sobre a condição social das adolescentes de classe social inferior no país, ao mesmo tempo que uma total ausência de políticas públicas que possam socorrer e amparar crianças e jovens. Além do mais, as informações então veiculadas pela imprensa em tom alarmista revelam, para o historiador a permanência das estruturas sociais, econômicas e políticas e a reincidência dos problemas sociais decorrentes.

No mesmo tom dramático e alarmista, jornalistas, médicos e criminologistas denunciaram as práticas da prostituição nas cidades em processo de modernização e de crescimento industrial no Brasil, desde o último quarto do século passado, tentando explicar a emergência das formas modernas da prostituição e de seu rápido incremento. As reportagens do jornalista Ferreira da Rosa, publicadas em 1896 no jornal carioca

O Paiz, identificavam inúmeras gangs de gigolôs que atuavam entre o submundo das cidades do Rio de Janeiro e São Paulo.² Do mesmo modo, foram organizadas inúmeras outras campanhas de saneamento moral, conforme expressão da época, tendo em vista mobilizar a opinião pública contra a “recratação de mulheres para o exército do Vício...”

Contudo, é possível afirmar que a preocupação originária com a prostituição e o tráfico das “escravas brancas”, desde o final do século 19, tinha alvos mais precisos do que a atual, e adquiria um significado determinado no contexto da crescente participação das mulheres de todas as classes sociais na esfera da vida pública, seja enquanto trabalhadoras das fábricas e demais serviços, seja enquanto consumidoras das novas formas de lazer que a cidade passava a oferecer.

Ao contrário do que hoje presenciamos, a maior visibilidade feminina no espaço urbano incitava a uma rígida codificação de sua vida cotidiana e à problematização dos parâmetros referenciais de moralidade para as jovens e mulheres em geral. Pela primeira vez, nossas avós libertavam-se das missas e do convívio fechado nas grandes e pequenas propriedades de terra, e passavam a frequentar salões, cinemas e teatros que proliferavam pela cidade. Instituir rígidos códigos morais de conduta, visando definir claramente as barreiras simbólicas entre os espaços sociais da “jovem de família” e da meretriz tornava-se preocupação crescente em vários setores da sociedade.

² Ferreira da Rosa. *O Lupanar. Estudo sobre o caftismo e a prostituição no Rio de Janeiro.*, 1896.

Nesse contexto, a prostituição recebeu novos significados culturais e foi representada pelos médicos-higienistas, criminologistas, jornalistas, literatos e famílias de elite, como uma ameaça de corrupção para a juventude, especialmente para as jovens educadas a uma vida recatada no seio do lar.³ Temas como virgindade, casamento e maternidade passaram a circular mais constantemente nos meios preocupados com a formação do caráter da mulher, enquanto a prostituição passou a ser construída como um “fantasma”, ameaçando a moralidade de todas. A preocupação em delimitar claramente os lugares permitidos para a circulação das jovens de família, distantes das meretrizes acentuou-se, enquanto diversificavam-se e expandiam-se as novas formas de consumo dos amores ilícitos e da cultura erótica. Pela primeira vez, constituíam-se espaços destinados à fruição dos prazeres, como cabarés, cafés-concertos, bordéis de luxo, ao lado dos restaurantes, teatros e music-halls.

Num complexo campo de redefinição de papéis e de valores, a prostituta foi construída como um contra-ideal necessário para atuar como limite à liberdade feminina. A elaboração médico-policia de sua identidade facilitou a internalização do modelo ideal da boa dona-de-casa, por oposição.

Herdando uma tradição em que as jovens eram socializadas em convívios extremamente fechados, sobretudo no seio das elites formadas por proprietários de terras e de escravos, sua crescente participação na esfera da vida pública, num momento de intenso crescimento urbano-industrial e de moder-

³ Veja-se a respeito Margareth Rago. *Do cabaré ao lar. A utopia da cidade disciplinar. Brasil, 1890-1930*. Rio de Janeiro, paz e Terra, 1985.

nização da vida social, não podia deixar de suscitar um novo esforço no sentido de seu adestramento enquanto futura missionária da pátria e futura formadora dos cidadãos e da raça, em consonância com os preceitos dos pensadores conservadores do século passado. Entre as jovens da elite, as missas deixavam de ser o entretenimento principal e a frequência aos passeios públicos, confeitarias, teatros, cinemas e clubes, assim como as novas práticas esportivas e a própria inserção no mercado de trabalho, seja enquanto estudantes, seja enquanto normalistas, professoras ou meras consumidoras, davam-lhes maior visibilidade. As revistas do começo do século destinavam várias seções à observação dos trajés vestidos pelas moças por ocasião de sua presença nos cinemas e teatros, a exemplo de *O Pirralho*, *A Cigarra*, *A Vida Moderna* ou *A Mensageira*. Os educadores aconselhavam a leitura de romances leves que formassem o caráter delicado da jovem, afastando-a dos temas quentes e picantes.

Entre as mais pobres, sua presença maciça enquanto operárias nas fábricas, a exemplo da tecelagem, fez com que anarquistas e socialistas alertassem contra as ameaças de sedução dos contramestres e patrões e lutassem pelos direitos trabalhistas da mulher. Preocupados com a moralidade das moças, os libertários definiram um discurso normativo que condenava a prostituição e muitas práticas de lazer, como o carnaval e os bailes, considerados imorais e desviantes. Vale lembrar que grande parte da força de trabalho nas fábricas e escritórios era constituída por moças bastante jovens, como atestam as circulares dos empresários ligados ao Centro de Fiação e Tecelagem (CIFT), em São Paulo ou no Rio de Janeiro, em que se comunicavam os motivos de demissão dos trabalhado-

res considerados “indesejáveis”, nos anos vinte. Ao lado dos agitadores anarquistas, figuravam jovens de 15 e 16 anos responsabilizadas por furtos, roubos de peças, absentéismo no trabalho. De um lado ou de outro, a preocupação com a moralidade feminina, em especial da jovem ainda em fase de definição dos rumos da vida, e que cada vez mais escapava ao controle paterno incitava à produção de discursos moralizadores definidores dos códigos morais de conduta.

Embora a segregação social do espaço urbano ainda não se fizesse sentir tão claramente como em décadas posteriores, pequenas regras de convívio social passavam a ser tacitamente estabelecidas e observadas, diferenciando às vezes no mesmo local sua ocupação por jovens de família e meretrizes. Na Confeitaria Castelões, as famílias respeitáveis retiravam-se no final da tarde, antes que as “cocottes” invadissem espalhafatosamente o espaço, lembram os memorialistas.⁴ No Teatro Municipal, construído em 1911, procurava-se observar a demarcação social dos lugares por ocasião das temporadas líricas. Do mesmo modo, nos novos espaços paulistanos de lazer, como o Velódromo Paulista ou o Jockey Club, prostitutas e “moças respeitáveis” mantinham distância e procuravam emitir sinais diferenciados na aparência e nos gestos, evitando qualquer possibilidade de confusão.⁵

⁴ Cícero Marques. *Tempos passados*. São Paulo, Moema, 1925; Sílvio Floral, *Ronda da meia-noite*, São Paulo, Cupolo, 1925.

⁵ Veja-se a respeito: Margareth Rago, *Os prazeres da noite. Prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991.

O fantasma da prostituição

A intenção de redefinir os códigos da sociabilidade feminina na cidade aparece nos inúmeros artigos das revistas femininas do período, na literatura recomendada e na proibidas às jovens, nos artigos da imprensa em que se discutiam questões morais, e sobretudo no discurso médico voltado para a sexualidade feminina.⁶ Particularmente importante foi a discussão em torno da prostituição, a partir da qual se efetivou a demarcação conceitual entre duas figuras polarizadas de mulher, a casta e a devassa, que deveriam orientar o comportamento das jovens em fase de crescimento.

Embora uma imprensa feminina já tivesse nascido por volta de meados do século 19, em São Paulo, é nas primeiras décadas deste século que se encontram revistas de maior expressão destinadas a um público feminino e explicitamente preocupadas em elaborar uma nova subjetividade para a mulher “moderna”: *A Mensageira*, publicada entre 1897 e 1900, e a *Revista Feminina*, que circula por todo o país entre 1914 e 1936.

Tendo como objetivo a emancipação feminina, estas revistas preocupavam-se, contudo, em enobrecer as funções da mulher consideradas naturais, como a predestinação para o casamento e a maternidade. Inúmeros artigos desenhavam progressivamente um ideal de feminilidade que deveria ser atingido pelas jovens em processo de formação do caráter.

⁶ Veja-se Magali Engel. *Meretrizes e doutores: saber médico e prostituição na cidade do Rio de Janeiro, 1849-1890*, São Paulo, Brasiliense, 1989.

Entretanto, embora defendessem o ideal burguês da mãe abnegada, voltada para a educação dos filhos e os cuidados com a casa, justificavam sua participação na esfera da vida pública, seja trabalhando, seja educando-se, enfim inteirando-se dos problemas nacionais para um melhor desempenho na vida privada. Se a futura mãe deveria formar os novos cidadãos da pátria, inculcar-lhes os valores morais fundamentais, deveria ser preparada por uma educação adequada e moderna.

Defendendo um feminismo mais “conservador do que revolucionário”, na medida em que reduziam o conteúdo da emancipação feminina para um melhor desempenho dos papéis tradicionalmente reservados à mulher, as revistas acabavam reatualizando as projeções masculinas que constituíram a subjetividade feminina como sentimental, fútil e retardada. Na série de artigos publicados por esta imprensa, as metáforas do anjo, das flores, das plantas e das águas calmas foram amplamente empregadas para definir a subjetividade feminina, cujo centro deveria girar em torno do lar. Remetendo a Victor Hugo, enfatizavam: “A mulher é a humanidade vista pelo seu lado tranquilo; a mulher é o lar, é a casa, é o centro de todos os pensamentos suaves. E’ o terno conselho de uma voz inocente, no meio de tudo que nos envolve, nos irrita e nos arrasta. Muitas vezes em torno de nós são todos inimigos; a mulher é o afeto”.⁷

Propondo, portanto, a libertação feminina a partir de concepções biologizantes, as revistas preocupavam-se em mostrar como a formação do caráter da mulher passava pela educação

⁷ Margareth Rago, *Os prazeres da noite*, op. cit., p. 76.

dos sentidos, pela repressão da sexualidade, pela valorização da virgindade e pela preparação para o casamento. Inúmeros artigos davam “conselhos úteis” à mulher sobre como comportar-se diante das visitas, como tornar as refeições momentos agradáveis, como agradar o futuro esposo, como vestir-se e perfumar-se de modo a não ser confundida com as meretrizes.

Um balanço da produção literária das décadas iniciais do século também nos traz informações preciosas. Se várias figuras femininas aparecem enquanto escritoras de romances ou de poesias, poucas são as que partem para assuntos mais ousados como a sexualidade, o desejo e a prostituição. E’ claro que se valorizavam para as jovens leituras leves e edificantes, que reforçavam os valores tradicionais e que se consideravam adequados para o temperamento supostamente frágil da mulher.

Ainda assim, vale notar a produção literária de algumas figuras femininas, vozes dissonantes que ousaram questionar os valores morais vigentes e abordar assuntos considerados pouco recomendáveis. Maria Lacerda de Moura, Laura Villares e Ercília Nogueira Cobra, cada uma a seu modo, desafiaram a moral de seu tempo, questionando o mito da inferioridade física e sexual da mulher, condenando a virgindade como repressão do desejo e o matrimônio como forma de enclausuramento da mulher.⁸

Militante anarquista, Maria Lacerda de Moura publicou inúmeros trabalhos como *Han Ryner e o amor plural*, *A mulher uma degenerada?*, *Amai... e não vos multipliqueis*, nos

⁸ Veja-se Miriam Moreira Leite. *A outra face do feminismo: Maria Lacerda de Moura*. São Paulo, Editora Ática, 1985.

quais questiona vários mitos sobre a sexualidade feminina defendidos pelos médicos.⁹ Laura Villares é conhecida por dois romances de 1926 e 1927, *Vertigem* e *Extasis*, em que aborda o tema da prostituição na cidade grande e a falência do casamento enquanto instituição.¹⁰ Já Ercília escreve *Virgindade inútil e anti-higiênica*, em 1927, fazendo um libelo contra a imposição da virgindade sobre a mulher, a repressão de sua sexualidade, os mitos e problemas que daí decorrem, e a prostituição.¹¹

Vale notar que para estas autoras, ao contrário do que ocorre nos romances masculinos, a prostituição não aparece como o destino inexorável daquela que contraria as regras vigentes, rejeitando por exemplo a via do casamento e da maternidade. Suas heroínas não são culpabilizadas no final do romance, adoecendo ou morrendo, expiando seus erros, como acontece com Lucíola de José de Alencar, ou Marguerite de Gautier de Alexandre Dumas, ou ainda Naná de Emile Zola. Ao contrário, na prostituição e na vida elegante do submundo, descobrem-se enquanto mulheres, redefinem sua sexualidade, conhecem o amor e o prazer. A personagem Cláudia, do romance de Ercília Nogueira Cobra, podia afirmar enquanto “mulher da vida”: “Ao menos, como prostituta, vivia. Perdia

⁹ Maria Lacerda Moura. *Han Ryner e o amor plural*. São Paulo, Unifacs, 1932; *Amai... e não vos multipliqueis*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1932.

¹⁰ Laura Villares. *Vertigem*. São Paulo, Ed. Antonio Tisi, 1926; *Extasis*. São Paulo, Ed. Antonio Tisi, 1927.

¹¹ Ercília Nogueira Cobra. *Virgindade inútil e anti-higiênica*. 1927. Sobre esta autora, veja-se Maria Lúcia Mott - “Biografia de uma revoltada: Ercília Nogueira Cobra”, in *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, nº 58, agosto, 1986.

aos poucos a alma estraçalhada pelo desgosto moral, mas vivia. Sua carne (. . .) já gozava momentos de volúpia que não eram de desprezar.” (p. 79)

Evidentemente, é necessário relativizar a imagem de figuras totalmente emancipadas que estas escritoras poderiam nos passar. As discussões sobre a sexualidade feminina e masculina apresentadas em seus trabalhos revelam tanto dimensões conservadoras quanto progressistas. Contudo, como vozes dissonantes que foram, não apenas debateram temas considerados tabus ou essencialmente masculinos, como propuseram novos caminhos de elaboração da subjetividade feminina, que não recalçassem os instintos sexuais e a necessidade do prazer.

É o discurso médico que elabora e difunde as concepções mais conservadoras e arraigadas sobre a sexualidade feminina, estabelecendo com maior eficácia os códigos normativos de conduta das jovens. Entendendo a mulher como ausência de desejo, como figura dotada de um instinto sexual muito menos premente e forte do que o homem, os médicos do começo do século definiram a subjetividade feminina a partir da demarcação de sua sexualidade entre a “degenerada nata”, de um lado e a “jovem casta e pura”, de outro.

Apoiados nas concepções de Parent-Duchâtelet e de Cesare Lombroso, os médicos estenderam o conceito de prostituta a toda aquela que escapasse dos padrões comportamentais definidos cientificamente.¹² A elaboração minuciosa da identidade da prostituta, nesse sentido, teve como função demarcar o ideal de feminilidade a ser atingido e obedecido por todas as

¹² Veja-se a respeito Alain Corbin - *Les filles de noce. Prostitution et misère sexuelle à Paris au XIX siècle*. Paris, Flammarion, 1978.

que buscavam serem respeitadas socialmente. Nesse sentido, vale observar alguns dos enunciados do discurso-médico sanitarista que construíram imaginariamente a figura da prostituta como aquela que se caracteriza por uma formação biológica diferenciada da “mulher normal” e por traços de personalidade específicos. Segundo uma visão corrente entre os médicos do período, a prostituta “tem um andar, um sorriso, um olhar, uma atitude que lhe são próprios; é preguiçosa, mentirosa, depravada, extremamente simpática ao álcool, despreocupada do futuro, e muitas vezes destituída de senso moral.” Tem um “apetite sexual exaltado (...), inato e incontido, que leva a precocidades, por vezes fantásticas, na prática de perversões ou mesmo do coito.” “Limitadíssimos são os seus recursos intelectuais, raríssimas mulheres poderiam sustentar uma conversação em que seja necessário o manejo do raciocínio ou pequena contribuição lógica...”.

Construindo, portanto, uma representação totalmente negativa da prostituição, os médicos mobilizaram imagens assustadoras em relação à manifestação da sexualidade feminina para além dos desígnios considerados como naturais, em especial, o desejo de ser mãe. O mito da maternidade como essência originária de toda mulher cristalizou-se no imaginário social, aprofundando as concepções pedagógicas em relação à divisão sexual da infância. Ao analisar “A atividade mental da criança e a educação”, os médicos afirmavam em 1927: “Da menina, em sua simplicidade cândida, o observador encontra uma análise completa da sua alma: grande sensibilidade, emotividade, facilidade de chorar e de rir, timidez e... facei-rixe desde os 5 anos. Como é bem diferente o menino. Sua fisionomia, seu olhar mais vivo, sua voz mais forte acusam já

o caráter de mando que lhe domina os atos. Enquanto a menina em tudo manifesta sua aspiração para ser a rainha de um lar, o menino sonha visivelmente com sua liberdade (...).¹³

Devemos considerar, por outro lado, que a prostituição também foi investida por imagens da positividade. Se de um lado, as prostitutas foram estigmatizadas enquanto um contra-ideal para as jovens de família, por outro também foram aceitas socialmente enquanto transmissoras de hábitos mais civilizados, especialmente as de origem estrangeira e enquanto introdutoras dos jovens nas “artes do amor”. É frequente a referência dos memorialistas às jovens cocottes que acompanhavam os coronéis aos restaurantes e teatros, ensinando-lhes regras de conduta mais civilizadas e modernas, nas décadas iniciais do século. Não raro, prostitutas e “honestas” frequentavam as mesmas costureiras chiques, sendo que as primeiras difundiam as modas parisienses que as segundas copiavam. Nos bordéis de luxo e cabarés granfinos, artistas, intelectuais, advogados e outros boêmios reuniam-se para negociações políticas, para bater-papo, ouvir música, cear, acompanhados das “francesas”, a exemplo do que se fazia nas sociedades mais avançadas. Referindo-se a uma “pensão de artistas” que costumava frequentar, Paulo Duarte afirma em suas *Memórias*: “Ceávamos ou aí muitos ficavam para dormir, e essas noitadas eram de uma alegria perfeitamente sã. Apesar desse não ser o julgamento das famílias recatadas a cujo conhecimento chegavam ecos longínquos desses serões boêmios. O que realmente fazíamos era comer bem, sempre com um

¹³ Idem, p. 8-3.

vinho bom, fosse ele francês, alemão, suíço ou italiano, fazer piada e até discutir o nossos autores prediletos (...)” .¹⁴

Símbolo da modernidade, a prostituta aparece neste imaginário como aquela que abre as portas de ingresso para um novo mundo urbano, isto é, para um tempo marcado pela liberalização dos costumes, pela multiplicação das práticas eróticas e sexuais e pela desconexão com os vínculos sociais tradicionais. O destaque que adquire a figura moderna da Lulu no campo da arte e da literatura revela as fantasias masculinas sobre a sexualidade e o medo diante de uma profunda transformação das práticas sexuais e eróticas. Em vários momentos, a figura da “femme fatale” aparece confundida com a prostituta, evidenciando a mobilização de uma forte imagem da sexualidade excêntrica da mulher, neste momento de redefinição dos códigos normativos de conduta.

À guisa de conclusão, imagens polarizadas cercaram a figura da prostituta nos inícios do século, situando a mulher especularmente entre a vítima e a “femme fatale”. Nesse universo imaginário, essa época construiu e vivenciou os dilemas da sexualidade. Explorar o imaginário da prostituição adquire, assim, grande importância enquanto um caminho possível para se conhecer as motivações e desejos de uma determinada sociedade, para além das relações econômicas ou políticas.

¹⁴ Paulo Duarte. *Memórias*, vol. 1, São Paulo, HUCITEC, 1975, p. 122.